



**INSTITUTO
UNIBANCO**

Audiência Pública PEC 15/2015

Ricardo Henriques

Brasília, 24 de outubro de 2017



1

REDES ESTADUAIS:
DESIGUALDADE DE RECURSOS

1. Redes estaduais: desigualdade de recursos

Considerando que a receita total para a educação da rede estadual provém de:

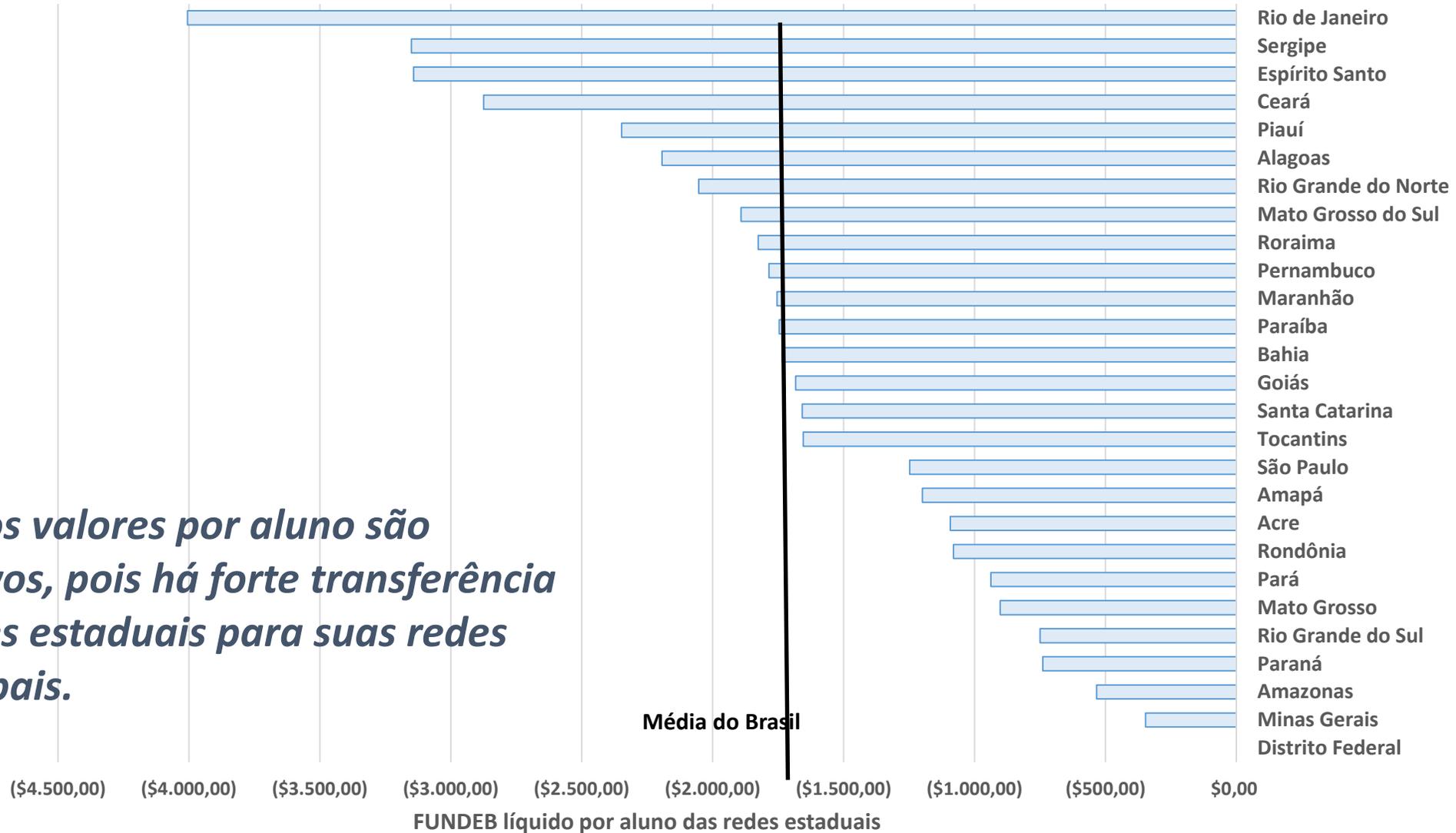
FUNDEB LÍQUIDO
(após redistribuição aos
municípios +
complementação da União)

MDE
(manutenção e
desenvolvimento do
ensino)

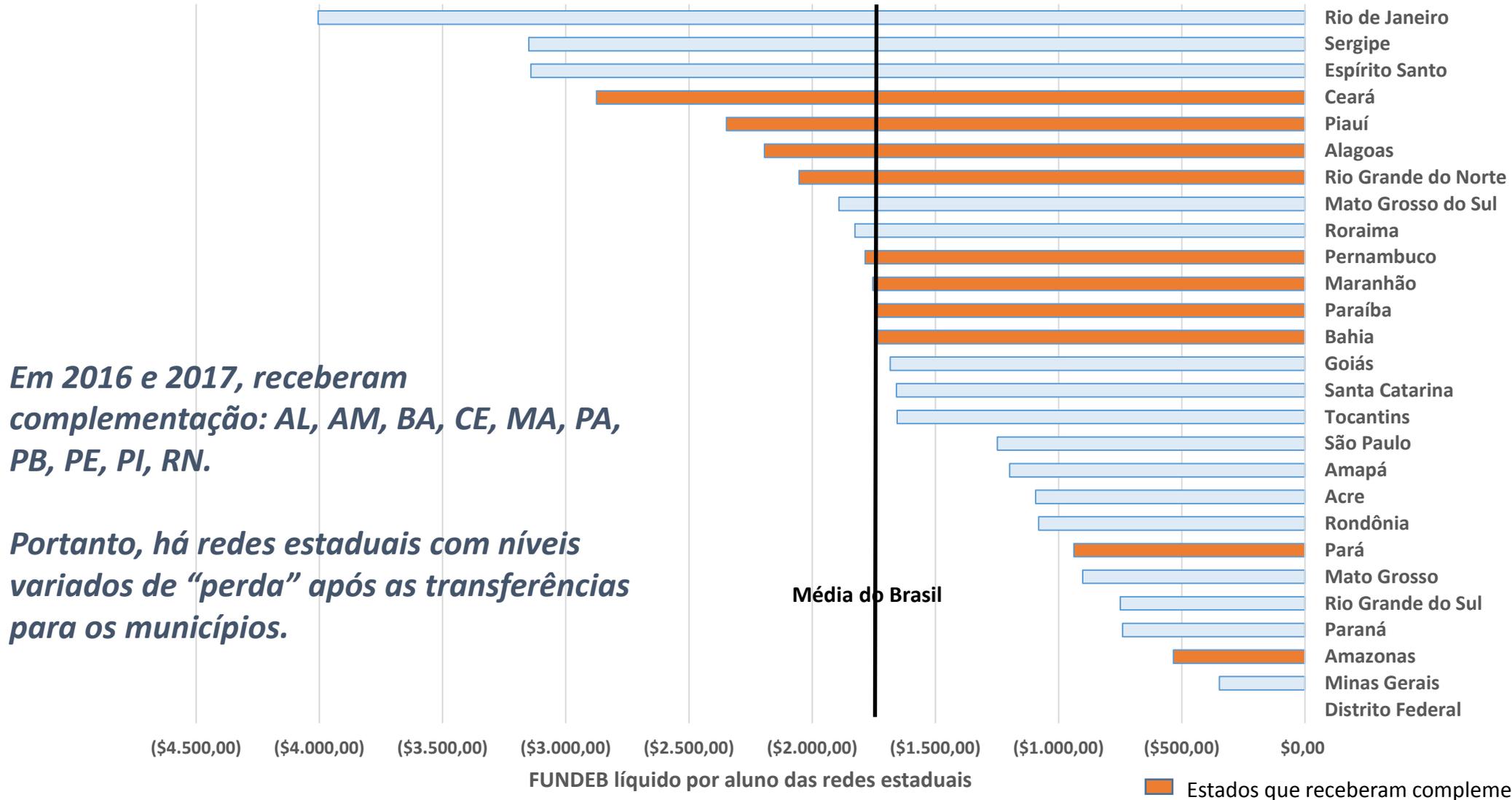
OUTROS
(salário educação e
demais transferências
FNDE)

Saldo com o FUNDEB nas redes estaduais após as transferências para as redes municipais (FUNDEB líquido por aluno das redes estaduais) - 2015

Todos os valores por aluno são negativos, pois há forte transferência de redes estaduais para suas redes municipais.



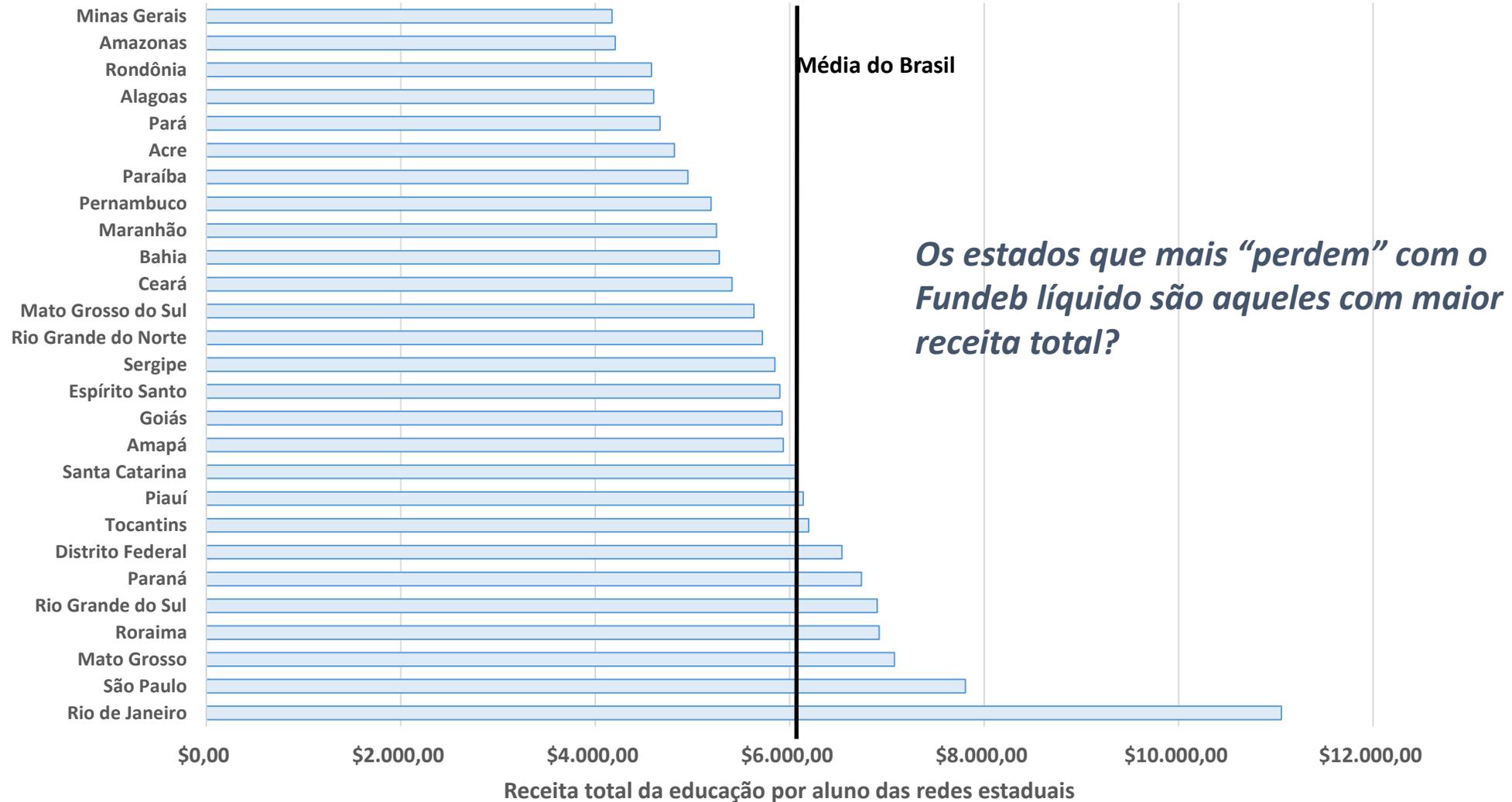
Saldo com o FUNDEB nas redes estaduais após as transferências para as redes municipais (FUNDEB líquido por aluno das redes estaduais) - 2015



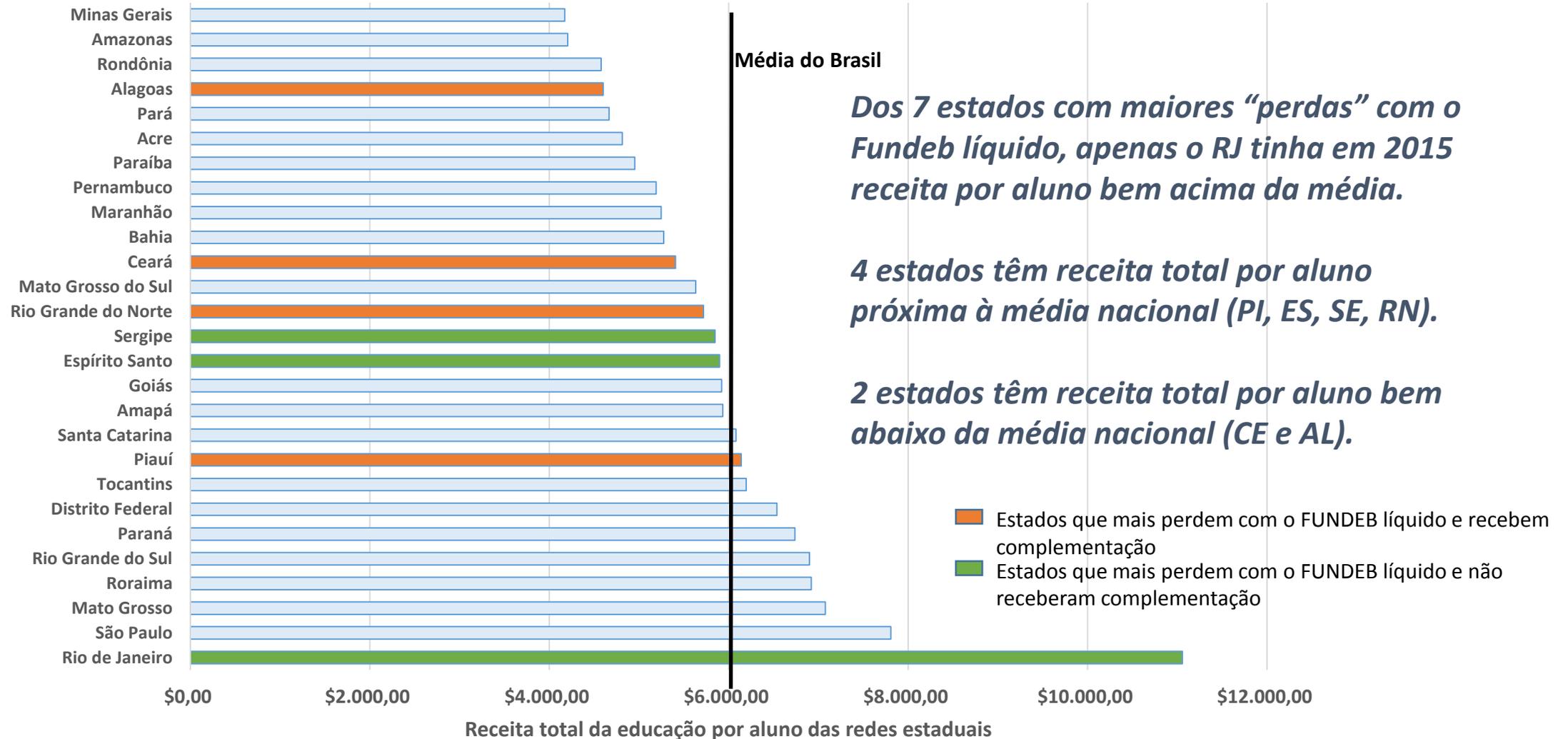
1. Redes estaduais: desigualdade de recursos

- As “perdas” das redes estaduais após as transferências para os municípios não seriam, a princípio, um problema.
- Afinal, o recurso do FUNDEB deve ir para onde estão os alunos.
- Mas o que acontece com a receita total das redes estaduais, considerando esse saldo negativo com o FUNDEB?

Receita total da educação por aluno das redes estaduais (Fundeb líquido + MDE + outras) - 2015



Receita total da educação por aluno das redes estaduais (Fundeb líquido + MDE + outras) - 2015



1. Redes estaduais: desigualdade de recursos

- Portanto, há estados com “perdas” significativas com as transferências do FUNDEB para os municípios e que têm baixo volume de receita total para educação.

Encaminhamentos para a reformulação do FUNDEB

- Mesmo com o FUNDEB e a complementação da União, a receita com educação dos estados é muito desigual.
- É difícil pensar em superar essas desigualdades entre redes estaduais sem qualquer aumento de recursos da União.
- O cenário de reestruturação do ensino médio pressionará o gasto nas redes estaduais.

2

REDES MUNICIPAIS: DESIGUALDADE DE RECURSOS

2. Redes municipais: desigualdade de recursos

Percentual de municípios que perdem com o FUNDEB por faixas demográficas

População	% que perde
Ate 5 mil	71,6%
5-10 mil	29,9%
10-20 mil	11,9%
20-50 mil	7,1%
50-100 mil	5,5%
100-500 mil	6,9%
Mais de 500 mil	18,9%
Total	28,3%

- A regra do FUNDEB faz com que alguns municípios pequenos transfiram recursos para municípios grandes.
- O critério do FUNDEB é per capita, mas há custos fixos nos municípios, independentes do número de matrículas.
- É importante saber quantos desses municípios pequenos que perdem recursos têm baixo IDH.

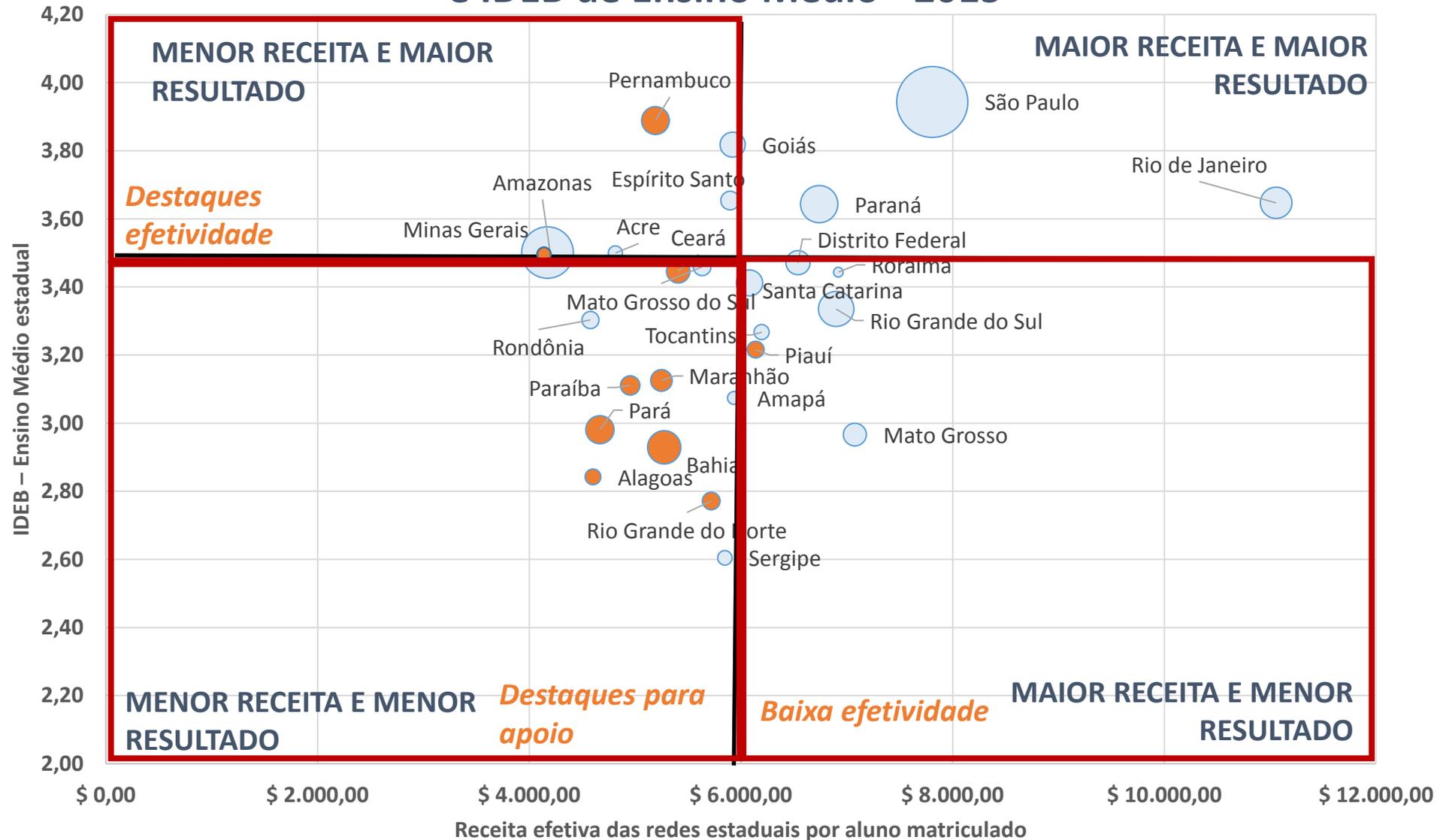
Encaminhamentos para a reformulação do FUNDEB

- É preciso que a nova regra do FUNDEB considere algum critério de vulnerabilidade dos municípios, para além do número de matrículas por etapa e modalidade.

3

COMPROMISSO COM RESULTADOS.
QUAIS RESULTADOS?

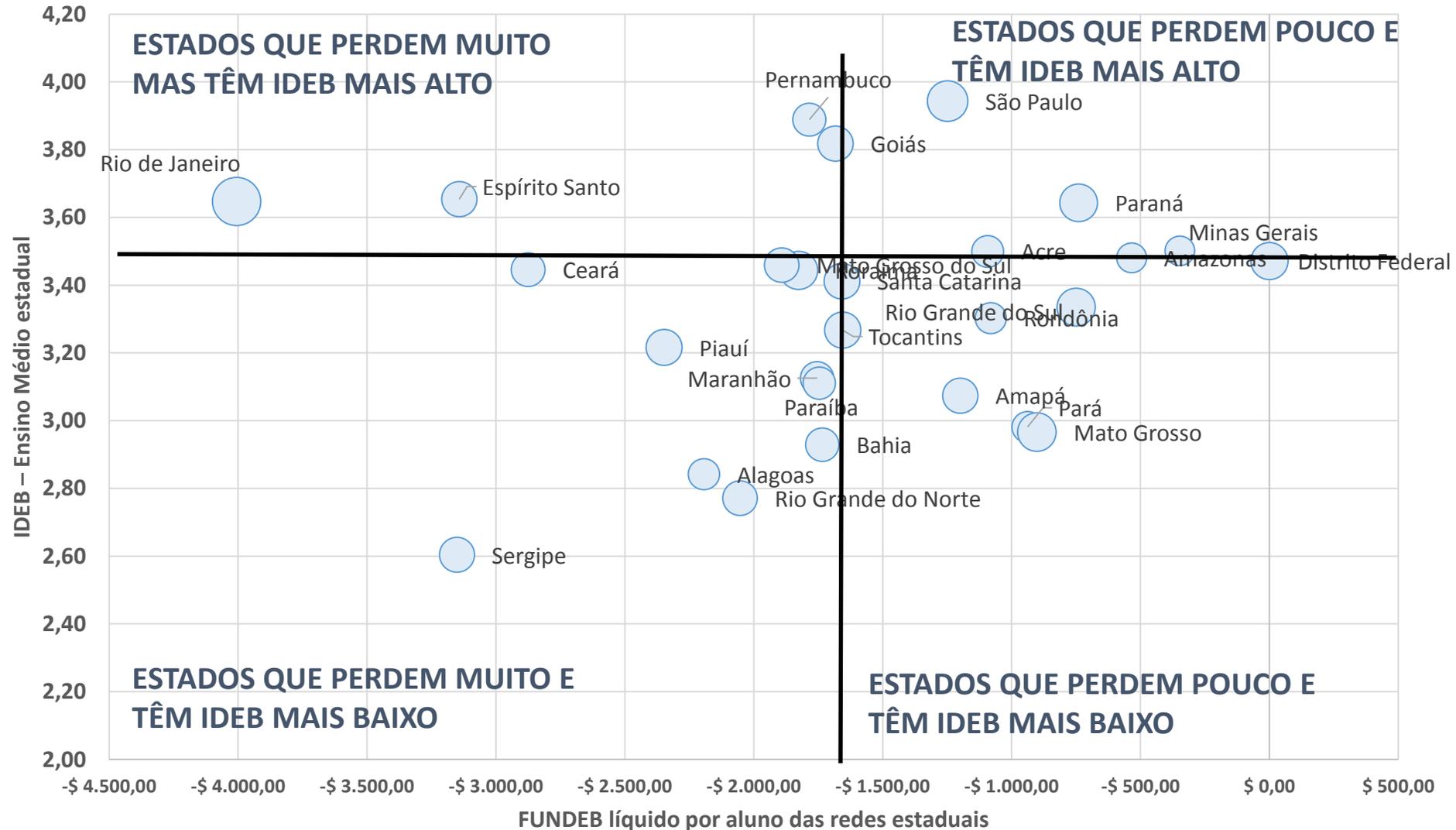
Relação entre receita para educação por aluno das redes estaduais e IDEB de Ensino Médio - 2015



Fontes: Peres e Tibúrcio 2016; “Mapeamento das receitas das Unidades Federativas e cálculo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação”, São Paulo, mimeo; Portal INEP.

Os pontos destacados referem-se a estados que receberam complementação da União para o FUNDEB em 2015. O tamanho das bolhas refere-se ao total de matrículas.

Relação entre FUNDEB líquido por aluno das redes estaduais e IDEB de Ensino Médio - 2015



Fontes: Peres e Tibúrcio 2016; “Mapeamento das receitas das Unidades Federativas e cálculo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação”, São Paulo, mimeo; Portal INEP.

O tamanho das bolas refere-se ao total de receitas para educação da rede estadual.

Encaminhamentos para a reformulação do FUNDEB

- Não há evidências de forte relação entre volume de recursos e resultados de aprendizagem.
- Cuidado: há diferenças entre as redes em termos de reporte do gasto previdenciário.
- Cientes disso, o aumento de recursos repassados pela União é necessário, mas deve vir atrelado a algum fator de qualidade (*accountability*).

Encaminhamentos para a reformulação do FUNDEB

- Possibilidades para o “fator de qualidade”:
 - IDEB e outras medidas de aprendizagem.
 - Implementar o CAQi, que é fundamental para garantir padrões de qualidade do gasto e para concretizar a necessidade de mais recursos. Contudo, ainda será insuficiente para aferir a qualidade da educação oferecida.
 - Necessidade de se pensar junto aos Tribunais de Contas a aferição da qualidade do ensino – como gerar medidas para os padrões mínimos de “funcionamento” das escolas?

Encaminhamentos para a reformulação do FUNDEB

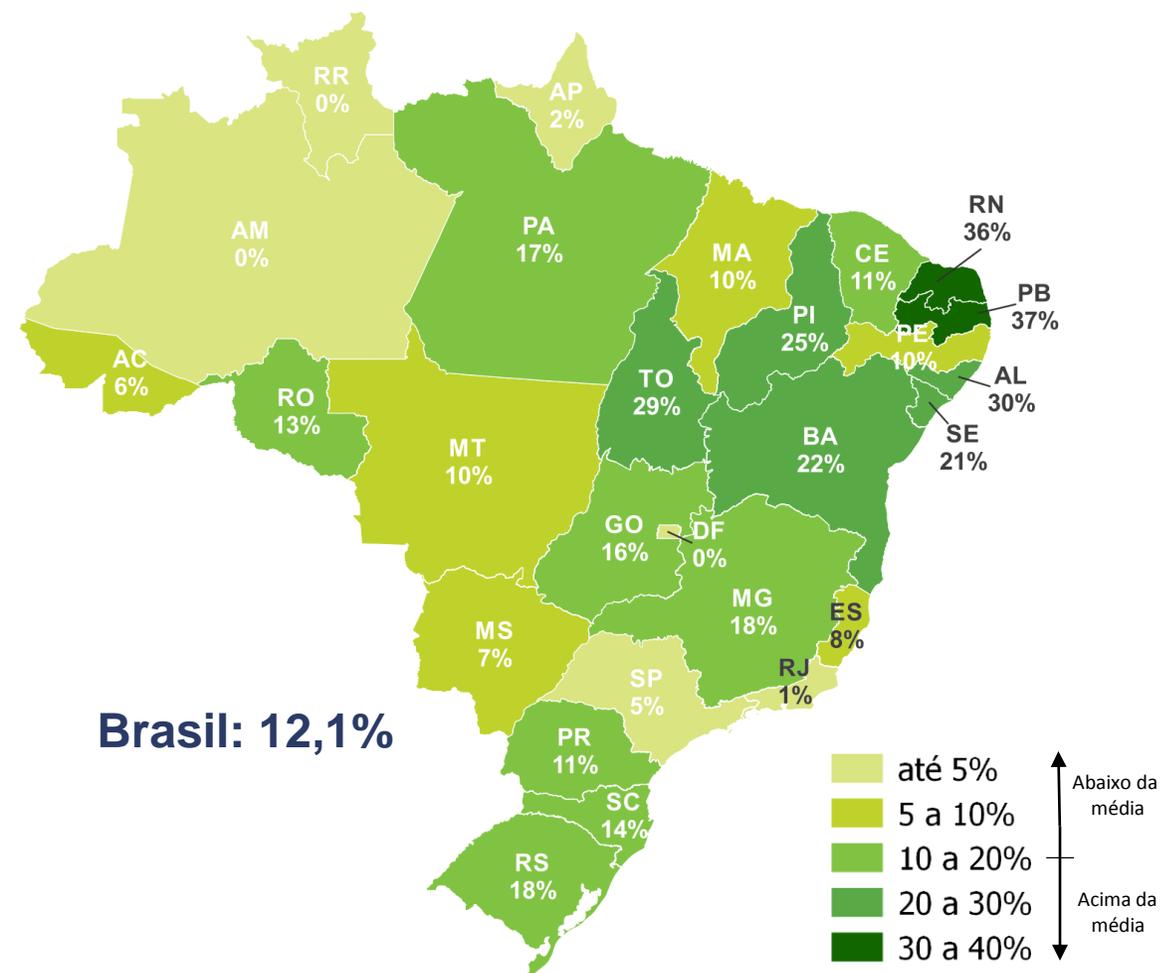
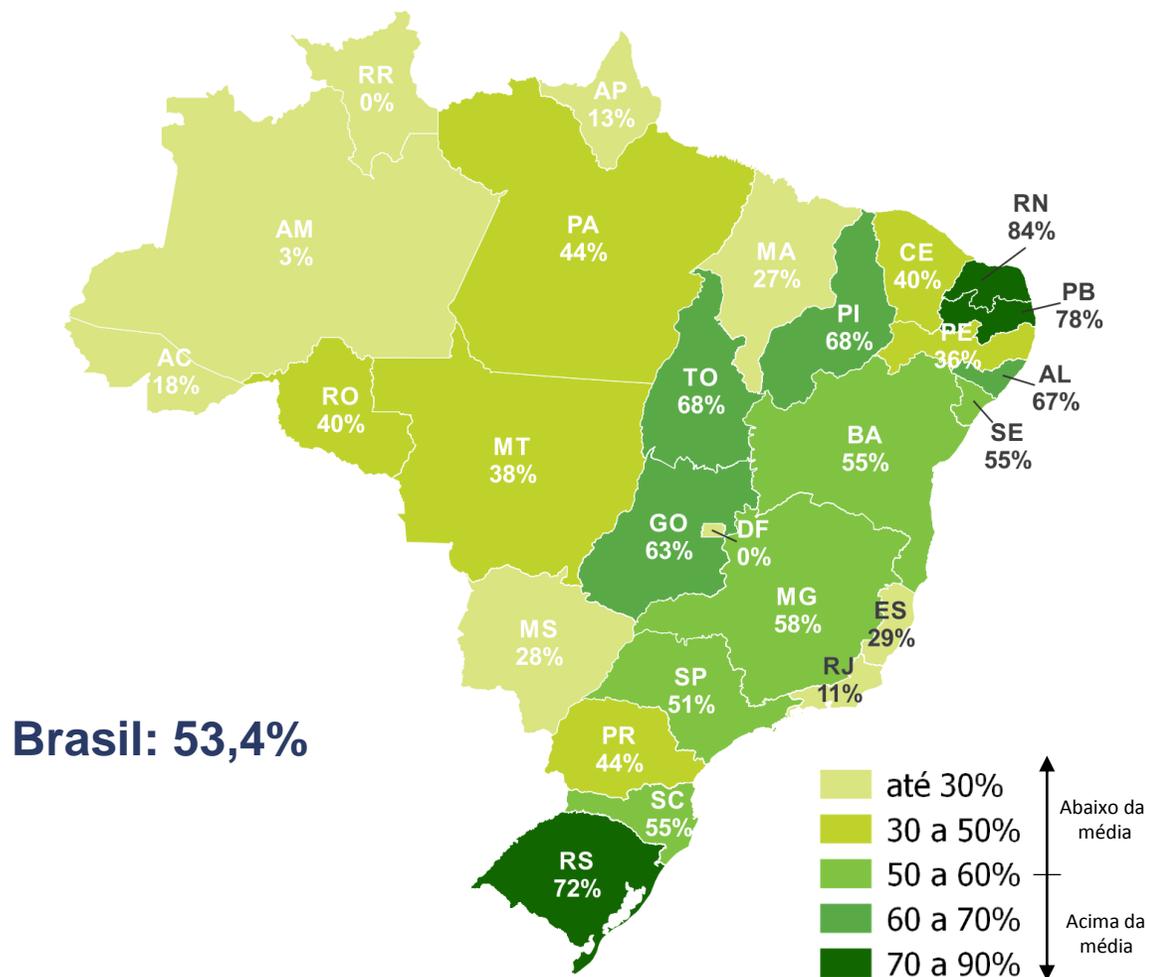
Possibilidade de incentivar bons arranjos para a reestruturação do Ensino Médio:

- Considerando a reestruturação do Ensino Médio, é importante que as novas regras incentivem resultados de integração territorial para a oferta dos diferentes itinerários formativos. A complementação da União poderia ser um instrumento para isso.

COMPARAÇÃO ENTRE ESCOLAS E MATRÍCULAS EM MUNICÍPIOS COM APENAS UMA ESCOLA

Percentual de municípios por estado com até uma escola pública de ensino médio regular

Percentual de matrículas por estado em municípios com até uma escola pública de ensino médio regular



4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA AS NOVAS REGRAS DO FUNDEB

1 Será preciso expandir recursos da União:

- Mesmo com ganhos de eficiência, a desigualdade entre estados é enorme.
- A reestruturação do Ensino Médio demandará mais recursos nas redes estaduais.

2 Contribuição dos entes federativos e alocação de recursos precisam levar em conta não apenas as matrículas, mas a vulnerabilidade dos municípios (pobreza, IDH etc.).

4 A reestruturação do Ensino Médio deve ser induzida e incentivada:

- Diferenciação entre redes com boa articulação territorial para a oferta dos itinerários formativos.
- Diferenciar redes que precisem de mais apoio para implementar a reestruturação.

3 Introduzir algum componente indutor de melhores resultados educacionais:

- Aprendizagem (considerar nível de largada e esforço por meio de metas, piso etc.)
- E também padrões de funcionamento (absenteísmo de professores e alunos, condição de infra, dedicação professores à escola, qualidade do trabalho pedagógico etc.) Afinal o CAQi é necessário, mas insuficiente enquanto resultado.

OBRIGADO!